

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

MEMÓRIA E IDENTIDADE: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIRETOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE

Roberta Pinto Medeiros - (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS /
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Evelyn Goyannes Dill Orrico - (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Eliezer Pires da Silva - (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

MEMORY AND IDENTITY: ANALYSIS OF THE ACTIVITY REPORTS OF THE MOVEMENT FOR JUSTICE AND HUMAN RIGHTS OF PORTO ALEGRE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este estudo faz parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, e nela busca-se refletir sobre memória e identidade do Movimento de Justiça e Direitos Humanos depreendida dos discursos das ações que o Movimento desenvolveu. Busca-se trabalhar com o desenvolvimento de referencial teórico a respeito da memória e identidade no âmbito desse Movimento, por meio de seus relatórios de atividades. Para tanto, realizou-se coleta de dados inicial em pesquisa de campo, sendo coletados os relatórios de atividades do Movimento com a intenção de compreender o processo de construção de memórias pela trajetória do Movimento. A metodologia utilizada para esse processo foi a análise de conteúdo, a qual visa descrever o conteúdo dos relatórios de atividades. Foram encontrados oito relatórios de atividades, os quais levam à compreensão e à evolução das ações desenvolvidas pelo Movimento ao longo dos anos. Portanto, a partir desse arcabouço teórico-metodológico foi possível traçar o percurso de desenvolvimento do Movimento por meio dos relatórios de atividades, representando a construção de sua memória e identidade.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Análise de Conteúdo.

Abstract: This study is part of the doctoral research in development, and it seeks to reflect on the memory and identity of the Movement of Justice and Human Rights taken from the discourses of the actions developed by it. We seek to work with the development of a theoretical framework regarding memory and identity within this Movement, through its activity reports. For that, initial data collection was carried out in field research, and the activity reports of the Movement were collected with the intention of understanding the process of building memories through the Movement's trajectory. The methodology used for this process was the content analysis, which aims to describe the content of the activity reports. Eight activity reports were found, which lead to the understanding and evolution of

the actions developed by the Movement over the years. Therefore, from this framework; Theoretical-methodological it was possible to trace the course of development of the Movement through the reports of activities, representing the construction of its memory and identity.

Keywords: Memory. Identity. Movement for Justice and Human Rights. Content Analysis.

1 INTRODUÇÃO

As lutas sociais e políticas fazem parte da trajetória das civilizações ocidentais. Tradicionalmente, as disputas ideológicas, as disputas de poder, levam à criação de uma série de movimentos contrários e a favor a uma determinada bandeira político-ideológica. Nesse sentido, as teorias dos movimentos sociais classificam e fazem uma distinção entre os chamados movimentos sociais tradicionais (sindical, luta pela terra, pela moradia, etc.) e os denominados “novos” movimentos sociais (mulheres, orientação sexual, estudantil, negro, ambientalistas, indígenas, direitos humanos), além das redes de movimentos sociais (*networks*) surgidas mais recentemente (MEDEIROS, 2015).

Hoje, com a facilidade de acesso e divulgação da informação, ficam cada vez mais evidente as ações dos movimentos sociais dos mais variados segmentos sociais. Assim toma-se conhecimento desses movimentos pelas manifestações públicas, como as passeatas, os protestos e as marchas, que são ações que lhes dão maior visibilidade, bem como às causas que defendem e a suas reivindicações. Pode-se compreender, então, que os movimentos sociais são resultados de uma atividade militante demarcada por forte aporte ideológico, portanto, emanam de segmentos da sociedade que buscam mais direitos, visibilidade, reconhecimento etc.

Sendo assim, tem-se como fundamento e objeto de pesquisa principal o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH) em relação ao seu âmbito social, político, cultural e orgânico-informacional. No âmbito deste artigo busca-se trabalhar com o desenvolvimento de referencial teórico a respeito da memória, identidade e testemunho no âmbito deste Movimento, por meio de seus relatórios de atividades, existindo um grande acervo preservado e organizado, passível de se trabalhar com essas questões.

Salienta-se que este artigo faz parte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

É fundamental destacar que os movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos contribuíram para a redemocratização do Brasil e também para a denúncia de violações cometidas contra os direitos civis e políticos ao longo dos anos da ditadura e para além dela.

Portanto, a temática que envolve este trabalho está fundamentada em quatro pilares: movimentos sociais, identidade, memória e arquivo. Os movimentos sociais, aqui representados pelo MJDH, espaço onde se encontra um vasto acervo de cunho arquivístico e guardião de uma memória coletiva, ajuda a construir então uma identidade¹, individual ou coletiva das pessoas que fizeram e fazem parte do movimento.

Tratando-se de documentos arquivísticos, sua mais abrangente área de atuação pode e deve auxiliar no desenvolvimento de pesquisas nos diferentes campos de interesse científicos, culturais, sociais e históricos justamente pela natureza do documento arquivístico: 1) único, 2) orgânico e 3) acumulado naturalmente. Assim, este artigo tem como proposta a análise dos relatórios de atividades do MJDH, a fim de configurar sua atuação e sua importância para a construção da memória e identidade a respeito dos direitos humanos, principalmente no período de atuação do MJDH.

Assim, objetivou-se analisar os relatórios de atividades anuais do MJDH materializados no *corpus* constituído a partir do próprio acervo do movimento, como forma de atender ao objetivo geral desta comunicação, qual seja, o de identificar o papel do MJDH na construção da memória e da identidade relacionada aos movimentos sociais. Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar o MJDH como movimento social contemporâneo, ilustrando uma prática da organização coletiva pela defesa dos direitos humanos;
- b) Categorizar os relatórios de atividades anuais do MJDH constituindo um *corpus* de documentos a partir do qual se observa a materialização dos discursos desse movimento social.

Os relatórios de atividades são analisados de forma panorâmica tendo como metodologia a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).

¹ “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLACK, 1992, p. 204).

Isto posto, este estudo está estruturado da seguinte maneira: esta introdução, a fundamentação teórica que sustenta a discussão dos principais temas que envolvem o objeto de pesquisa e do artigo; o processo metodológico aplicado, os resultados parciais da pesquisa até o momento e as considerações finais buscando fechar a discussão apresentada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ENTRE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

A memória e o esquecimento possuem um caráter social e cultural, sendo então vistos como ferramentas inseparáveis de construção do indivíduo e da sociedade da qual fazem parte, já que é necessário ‘esquecer’ para guardar novas lembranças. Porém, para entender melhor como a memória e o esquecimento se tornam ferramentas de construção e, também, de desconstrução do indivíduo e da sociedade, é necessário trazer algumas discussões de autores que trabalham com esses temas.

Além disso, há lugares de memória² ou espaços onde os indivíduos buscam rememorar ou reviver uma lembrança, uma memória. Esses lugares ou espaços podem ser monumentos, museus, parques, ruas, arquivos, bibliotecas, comemorações, entre outros, ou seja, marcos testemunhais que se remetem aos indivíduos. Neste artigo, o espaço de memória está diretamente relacionado ao MJDH.

2.1 Memória e Esquecimento

A questão da memória envolve investimentos conceituais que remontam discussões filosóficas na antiguidade. Para Platão, a memória tinha o significado do conhecimento e estava ligada à função divina, enquanto para Aristóteles, acreditava que a memória era a parte sensível da alma, enquanto a reminiscência (memória) era a parte mais intelectual do sujeito.

A memória, portanto, não está nos artefatos, ou nas canções, ou em nomes de cidades: ela é um trabalho ativado com o auxílio de elementos como esses, aos quais nossas vidas ficaram (e ficam) de alguma forma associadas. Elementos que podem ser entendidos, portanto, como ativadores e vetores da memória (além de vetores de valores e sentidos) (GONÇALVES, 2015, p.18)

² Termo utilizado por Nora. “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Já para Freud, apenas nos lembramos de algo quando há um trauma ou uma associação com o fato, o que ele chamou de fenômeno *a posteriori* (FARIAS, 2008). Ou seja, lembramo-nos daquilo que já ocorreu e, muitas vezes, a lembrança está associada a um evento. Logo, para Freud a rememoração não acontece isoladamente, ela está sujeita a um evento. Assim, quando se iniciam os estudos sobre memória, cuja conceituação no campo das ciências sociais advém desde o início do século XX, percebe-se sua forte relação com o tempo, seja por rememorar o passado ou por lembrar de um evento/acontecimento já ocorrido. Portanto, desde os tempos mais antigos a associação entre memória, tempo e o fazer rememorar estão interligados.

De acordo com Laroche (2008, p. 1, tradução própria), “o tempo liga-se a memória na descrição dos processos de percepção, de codificação, de consolidação, de recordar e de esquecer [...]”. Consequentemente, é necessário haver uma percepção (sensação) para que haja uma lembrança, uma sem a outra deixa de existir.

Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção. Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens (BOSI, 1987, p. 9).

Além da percepção já mencionada, a memória se pauta na capacidade de trazer ao presente algo que já foi vivido no passado, conforme Rossi (2010), enfatiza que:

[...] na tradição filosófica, e também no modo de pensar comum, a memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (ou anamnese ou reevocação), pelo contrário, remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido (ROSSI, 2010, p. 15).

A partir dessas reflexões, percebe-se que a memória também está associada ao esquecimento, já que este é como uma forma de fazer com que se possa guardar novas memórias. *Grosso modo*, seria uma maneira de limpar nossa mente, por isso, esse processo físico chamado esquecer faz parte do estudo sobre memória. Conforme Izquierdo (2011, p. 18) “vamos perdendo, ao longo dos dias e dos anos, aquilo que não interessa, aquilo que não nos marcou [...]”.

Outro autor que trabalha com essa mesma relação, Michel (2010) afirma que a memória caminha lado a lado com o esquecimento. Entende-se então ser necessário esquecer para guardar novas recordações, novas lembranças, novas memórias. Logo, fica claro, a partir

das abordagens feitas pelos autores, que tanto a memória quanto o esquecimento estão sempre juntos, ou seja, um não existe sem a presença do outro.

Assim como o esquecimento, a identidade é outro conceito também muito próximo ao de memória no sentido de que esta ajuda a construir a identidade de um grupo ou de uma pessoa, pois a memória seria o fator determinante quanto à continuidade e coerência na construção da possibilidade que alguém tem de perceber que faz parte do grupo social. E ainda, de o grupo social se compreender como tal.

Pollack (1992) caracteriza a memória por meio de constitutivos, que ele enumera como, primeiro, os acontecimentos vividos pessoalmente e, depois, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Além disso, a memória é constituída por três elementos: acontecimentos, personagens e lugares (POLLACK, 1992). Esse conjunto indica que a memória é um fenômeno construído, em virtude das inúmeras possibilidades de combinação entre eles. Logo, a identidade também é construída, já que estabelece correlação direta com a memória. A relação desses três elementos citados pelo autor indica que a memória e a identidade podem ser valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

Portanto, o fenômeno social da memória está associado a acionamentos do passado com o presente. Isso significa dizer que, voltar-se para o passado é sempre estimulado a partir de algo que irrompe no presente. Este parece ser o caso do MJDH que, por possuir um vasto acervo documental de relação muito estreita com o tema direitos humanos, se torna um ponto chave para a construção da memória e identidade de um grupo ou do indivíduo, pois ele valoriza determinados acontecimentos, de modo a não deixá-los cair no esquecimento.

2.2 Espaço de Memória: os arquivos

Os arquivos podem apresentar-se como um dos espaços de registro da memória e como o local de custódia dessa memória, na medida em que acomoda um acervo documental, cujo acesso significa construir a memória a respeito de determinado momento histórico. Em relação ao período ao qual o MJDH está relacionado é possível dizer que

[...] registros disponíveis sobre os respectivos períodos históricos. Em relação à ditadura civil-militar no Brasil, imediatamente pode-se associar os embates pela construção da memória aos embates pela abertura dos arquivos militares, que muito poderiam contribuir para a construção de panoramas mais fidedignos com o desenrolar dos acontecimentos do passado recente.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

É uma maneira de garantir *que nunca mais aconteça* (RUBERT, 2014, p. 192, grifo da autora).

Assim, compreende-se a importância que esses acervos custodiados nos arquivos possuem como fundamento para a construção de narrativas a respeito da memória e da história desse período, pois os arquivos são instituições custodiadoras de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil que permitem construir a memória de um período tão autoritário para a sociedade brasileira.

Quando o “lugar de memória” é estritamente compreendido como local onde a memória se instala, passa com frequência a remeter a repositório, instância de guarda. Com isso, os “lugares de memória” não raros e tornam designações que recobrem, de forma bastante imediata, museus, arquivos ou centros de documentação (GONÇALVES, 2015, p. 16).

Além disso, esses espaços podem ser caracterizados como memórias vivas daqueles fatos que ocorreram no passado. Nesse sentido, Huyssen (2014) colabora no estabelecimento da relação entre os movimentos sociais e a memória:

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita (HUYSSSEN, 2014, p. 196).

Essa relação entre memória e direitos humanos deve ser praticada em conjunto, para que os dois se afirmem na atividade que irão defender. “Ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor para o mundo” (HUYSSSEN, 2014, p.196). Ainda o mesmo autor afirma que:

Para que a ascensão do discurso da memória se torne inteligível através da contextualização histórica e política, também precisamos compreender o movimento contemporâneo dos direitos humanos em sua evolução histórica e seu caráter politicamente mutável, pois ele é paralelo ao surgimento do discurso da memória (HUYSSSEN, 2014, p. 197).

Essa afirmação de Huyssen, com a ajuda de Aleida Assmann (2011), nos permite afirmar que existe uma relação estreita entre informação e memória, porque “o arquivo adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras” (ASSMANN, 2011, p. 369), na medida em que o acervo dessas instituições são fontes informacionais fulcrais para essa construção do passado.

Logo, o arquivo se tornou um espaço de armazenamento da memória (individual ou coletiva) e passou, ao mesmo tempo, a ser uma herança info-cultural, pois é nele onde se buscam informações.

Porém, deve-se levar em conta que esse espaço (arquivo), muitas vezes, se não for organizado e passível de acesso, pode acabar se tornando um mero depósito de papéis, sem conseguir deixar vir à luz o conteúdo histórico, probatório, jurídico e informativo de seu acervo. Em vista disso, afirmamos a importância de qualificá-los e organizá-los visando à construção de narrativas a respeito da memória e da histórica, como é o caso do MJDH.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista a qualidade dos conteúdos encontrados no acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que o abrangem, percebe-se sua importância para pesquisadores de diversas áreas e, portanto, a relevância de qualificar o conjunto documental. Além disso, o MJDH expressa a possibilidade contemporânea de fenômenos identitários estarem vinculados a discursos de memórias materializados em acervos acumulados pelos (nos) movimentos sociais. Partindo dessa justificativa e buscando aprofundar a reflexão sobre os temas movimentos sociais, memória, identidade e arquivos, entende-se que é necessário questionar quais elementos são revelados a partir da análise dos relatórios do MJDH e a partir deles compreender o processo de construção de memórias por meio da trajetória do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Assim, a estratégia de pesquisa está baseada na análise de conteúdo, adotando-se como natureza da pesquisa o caráter qualitativo. Para análise de conteúdo entende-se como:

Para Bardin (2007) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14).

Desse modo, a análise de conteúdo permite, sistematicamente, descrever um conteúdo, que neste caso foram os que emanavam dos relatórios de atividades do MJDH. Os resultados serão melhor detalhados na seção a seguir.

4 RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

O arquivo do MJDH é riquíssimo quanto ao conteúdo que preserva, tendo forte relação com o regime militar que ocorreu no Brasil e em países vizinhos da América Latina. Sobre esse período da história do Brasil ainda restam lacunas e mitos. O pesquisador muitas vezes tem que fazer uso de fontes que não os próprios órgãos governamentais, pois tal documentação ou foi eliminada ou ainda se encontra em sigilo. Para discorrer sobre esse período de forma um pouco mais aprofundada, é preciso ter contato com acervos como o do MJDH e outras entidades congêneres, daí outra de sua importância na construção da memória, espaço de onde é possível surgir outros enunciados que não somente os oficiais.

4.1 Sobre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos

O MJDH foi criado oficialmente em 25 de março de 1979³ como sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre. Antes da sua criação, os advogados envolvidos com o movimento já vinham atuando na defesa dos direitos humanos na década de 1960 e tal atuação possibilitou o surgimento do Movimento. De acordo com Viola e Pires, foi a partir de tal conjuntura ou contexto:

[...] de repressão que um grupo de pessoas passou a atuar de forma espontânea e precariamente organizada. O que as movia era a solidariedade aos perseguidos pelo regime e a defesa dos direitos civis e políticos. O crescimento do grupo e de suas ramificações possibilitou o surgimento do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, com forte influência social, antes mesmo de se institucionalizar (VIOLA; PIRES, 2013, p. 331).

A forma da criação e os objetivos do trabalho do MJDH ilustram de modo claro o que diz o filósofo e sociólogo Habermas que, ao refletir sobre a atuação dos novos movimentos sociais, destaca a sua participação na sociedade e na promoção dos direitos civis, sociais e econômicos, sem faltar os direitos humanos, ações que podem ser encontradas nas atividades do MJDH.

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (HABERMAS, 1981, p.33, *apud* ALONSO, 2009, p. 62).

Compreende-se então a importância que esses espaços de memória têm na sociedade atual, pois permitem contextualizar o ambiente em que foram criados. Ainda, conforme o

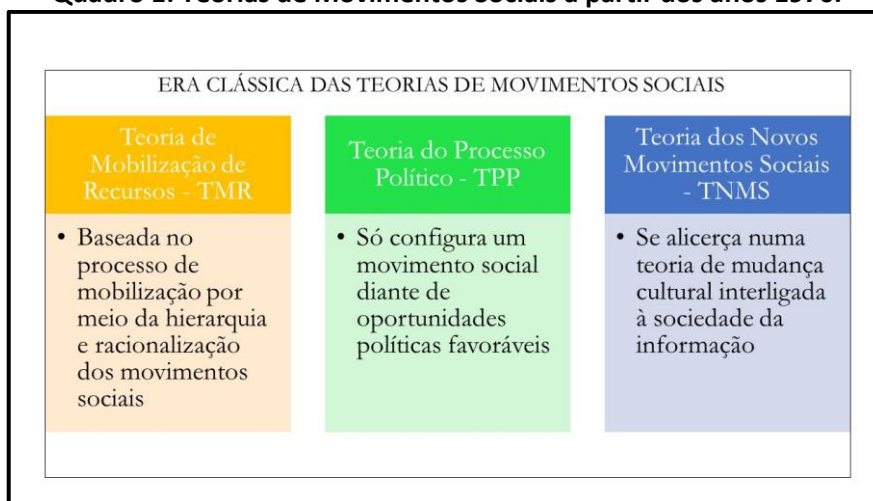
³ Relatório anual. MJDH, 1980.

quadro 1 a seguir, o MJDH expressa as compreensões teóricas formuladas sobre os novos movimentos sociais, tendo em vista o significado que essa instituição possui como valor informacional, cultural e social, pois é guardião de documentos que relatam um viés pouco enunciado da história do Brasil, contribuindo com o passado e futuro que podem ser construídos e interpretados.

Além disso, é importante destacar que, mesmo após o fim do regime militar no Brasil, o MJDH não abandonou sua luta pelos mortos e desaparecidos pela ditadura. Pelo contrário, continuou engajado nesse processo e ainda ampliou sua luta pelos direitos humanos.

Para o MJDH, não se tratava mais de somente construir rotas de fuga para brasileiros em busca de exílio, mas de apoiar e dar guarida a exilados de quase todos os países latino-americanos. Nessa conjuntura, o movimento construiu “pontes” nacionais com as Igrejas cristãs e com organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e com a Anistia Internacional (VIOLA; PIRES, 2013, p.333).

Quadro 1: Teorias de Movimentos Sociais a partir dos anos 1970.



Fonte: Adaptado de Angela Alonso (2009) a partir de dados extraídos da presente pesquisa, 2016.

Logo, considerando-se a amplitude dos assuntos contemplados em seu acervo e a vasta gama de temas sociais que os abrangem, percebe-se a importância do MJDH para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e, portanto, a relevância de qualificar o conjunto documental aí presente.

A relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos, memória e identidade é cada vez mais pertinente em nossa sociedade, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução desse processo. Já

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

os temas dos direitos humanos, memória e identidade, até hoje frequentam a agenda pública em campanhas amplamente divulgadas nas redes sociais.

Além disso, em 18 de novembro de 2011, foram promulgadas a Lei de Acesso à Informação, lei nº 12.527 (BRASIL, 2011), que tem como um dos principais objetivos regulamentar o acesso à informação, e a Lei nº 12.528 (BRASIL, 2011b), que regulamenta a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em maio de 2012. A primeira é importante no momento em que uma regulariza o acesso à informação de órgãos e entidades do poder público, enquanto a segunda tem por finalidade, com a criação da CNV, apurar as violações de direitos humanos ocorridas no período de 1946 a 1988 no Brasil. Tais ações, de certa forma, contribuíram para abertura dos arquivos da ditadura em 2014, o que também contribuiu para iniciar a pesquisa no acervo do MJDH.

Além de espaço info-memorial, o acervo do MJDH pode ser reconhecido com um espaço de justiça, considerando a possibilidade de recursos judiciais que seu acervo propicia. Nele, encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos e a documentação presente no acervo pode atuar como meio para investigação judicial sobre as violações de direitos humanos (CRUZ, 2002). Ademais, são registros que confrontam a memória e a identidade tanto do grupo pertencente ao MJDH, como daquele em sua volta. É preciso destacar que, quando reconhecido como espaço de memória, o acervo do MJDH é também uma ferramenta contra o esquecimento.

4.2 O Acervo do MJDH

O acervo do MJDH foi organizado e ordenado arquivisticamente em 2009, pelo projeto de extensão coordenado Por Jorge Enrique Vivar, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto finalizou em 2013 e resultou na publicação do livro **Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Assim, o acervo está organizado conforme a estrutura e as atividades desenvolvidas pelo MJDH.

Os relatórios de atividades do MJDH estão localizados na Série 01, Subsérie 01.2 Gestão Administrativa, armazenados na caixa 02. Ao todo foram encontrados oito relatórios de atividades impressos (suporte em papel) e havia também um relatório da Comissão de Trabalhos Populares do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do ano de 1980, documentos consultados a presente pesquisa.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Os relatórios mais antigos estavam datilografados e os mais recentes, impressos. De acordo com o quadro 2 na próxima página, percebe-se que há lacunas na sequência dos relatórios. Encontrou-se um hiato de 1986 a 2001, retomado em 2002, além de encerrados em 2005. Em conversa informal, o presidente e conselheiro do MJDH – Jair Krischke – informou que alguns relatórios foram perdidos, pois como o MJDH nunca teve uma sede própria, e ao longo dos anos teve que mudar de espaço diversas vezes, é provável que durante essas mudanças tenham se perdido alguns documentos. A última mudança de endereço do MJDH ocorreu em 2009. Ainda, sobre a lacuna dos relatórios de atividades, alguns deles encontram-se no diretório do computador do MJDH, completos e/ou incompletos, porém, neste trabalho só foram analisados os impressos.

Sobre o relatório da Comissão de Trabalhos Populares, pode-se dizer que a Comissão possuía como meta desenvolver trabalho de caráter organizativo e conscientizador junto às bases populares, com a participação dos moradores nas discussões, a fim de que as decisões tomadas obedecessem aos anseios da comunidade (MJDH, 1980).

Após a leitura dos relatórios impressos, entendeu-se que esta Comissão foi diluída nos demais relatórios, ou seja, que as atividades desenvolvidas pela Comissão foram incorporadas aos relatórios de atividades anuais, logo, a Comissão deixou de existir.

O quadro 2, logo abaixo, traz o conteúdo resumido dos relatórios de atividades analisados e seus respectivos anos.

Quadro 2: Relatórios de atividades do MJDH

Relatório/Ano	Conteúdo (atividades desenvolvidas)
1980 (Comissão de Trabalhos Populares)	Foram realizados trabalhos nas localidades de Viamão, Alvorada, Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo: criação e fundação de associações de moradores, criação de associações comunitárias, reabertura de escolas, realização de Encontro de Moradores, manutenção e reintegração de posse, e algumas atividades em localidades rurais.
1980-1981	Além das atividades intensas junto a moradores das vilas de periferia de grande Porto Alegre, foram elaborados alguns <i>habeas corpus</i> impetrados contra prisão de colonos e integrantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Sugestões para uma nova Constituição do Brasil. Chegada do primeiro grupo de uruguaios para a tomada de depoimentos para a subcomissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Além disso, três atividades se destacam nesse relatório: o auxílio junto as “Mães da Praça de Maio” com o papa e a candidatura das mesmas ao Prêmio Nobel da Paz, protesto frente a Assembleia Legislativa de Porto Alegre contra o projeto de Lei nº 09/80 – Estatuto dos Estrangeiros, e campanha para a libertação de Lilian Celiberti e Universindo Dias. Participação da mesa em favor da Constituinte na Assembleia de Porto Alegre.
1982	Atendimento e assessoria a associações comunitárias e vilas. Assistência jurídica a familiares de presos. Auxílio a refugiados políticos do Uruguai e Argentina. Palestras em diversas localidades. Participação da campanha pela Revogação da Lei de Segurança

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

	Nacional. Participação ativa com outras entidades de defesa dos direitos humanos à nível nacional e internacional.
1983	O MJDH encaminhou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) 26 refugiados políticos provenientes dos países do Cone Sul. Auxílio a famílias argentinas após a posse do governo Raul Alfonsín. Atuação do MJDH no caso Lilian Celiberti e Universindo Dias. Assessoria a vilas populares no que diz respeito: irregularidades, violência policial, falta de infraestrutura, entre outros. Criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Participação e integração de atividades promovidas com outras entidades.
1984-1985	Solicitação de ajuda ao MJDH por vilas, motivadas por problemas quanto a infraestrutura, posse de terra, loteamentos clandestinos, informação e assistência jurídica, incentivo e assessoria para criação de associações. MJDH registrou 450 atendimentos a estrangeiros, irregulares no país. Encaminhamento de 15 refugiados políticos ao ACNUR. Convite para integrar a <i>Mision de Buena Voluntad Latinoamericana</i> . Participação na campanha pela anistia no Uruguai. Realização na Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Foram impetrados 58 <i>habeas corpus</i> em função da violência policial. Participação ativa em campanhas, abaixo-assinados, atos públicos, encontros, reuniões e debates em solidariedade a Nicarágua. Participação na Campanha pelas Diretas no Brasil. Participação ao Comitê de Apoio aos Sem Terra, Comitê de Apoio ao Povo Chileno,
2002	Gravação da participação do MJDH no documentário “Anos de Chumbo”, do cineasta Silvio Tendler. Tratativas junto ao Ministério Público, Programa de Proteção a Testemunha e Polícia Federal para proteção de uma testemunha. Rompimento com o sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, devido ao seu comprometimento com a perseguição e censura a colegas de profissão. Participação em palestras. Atuação na Câmara Municipal de Porto Alegre.
2003	Denúncia de racismo em prefeitura municipal. Atendimento a refugiados. Reunião para tratar sobre o tema “jogatina no RS”, em especial sobre o “Toto Bola”. Participação na Câmara Municipal de Porto Alegre na Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos. Violência policial. Tratativas sobre o Memorial dos Lanceiros Negros. Lentidão nos processos de indenização às vítimas da ditadura militar. Palestras em faculdades.
2004	Gravação do depoimento de Jair Krischke para o Arquivo Memória da Luta Contra a Ditadura, na TV Educativa. Entrega dos documentos sobre “jogatina no RS” ao deputado Bernardo de Souza. Reuniões na Assembleia Legislativa sobre: Comissão Parlamentar de Inquérito da jogatina e envolvimento do governo do Partido os Trabalhadores, Seminário 40 anos do golpe militar. Lançamento do projeto Memorial dos Lanceiros Negros . Reintegração de posse aos índios Kaikangs. Estatuto do desarmamento. Participação e entrevistas à TV Band, RBS e Educativa. Entrevistas em rádios. Participação da exposição fotográfica Leonel Brizola , no Memorial do RS. Abertura dos arquivos da ditadura. Cerimônia de entrega do XXI Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Jantar comemorativo aos 25 anos do MJDH.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017, adaptados a partir dos relatórios de atividades do MJDH.

Após análise de conteúdo dos oito relatórios de atividades, percebeu-se o aumento das atividades em que o MJDH foi se envolvendo ao longo dos anos. Com base na leitura, fica claro, que o MJDH foi abrangendo e incorporando novos discursos. Nos dois primeiros relatórios, a participação decisiva do MJDH frente a atividades populares e comunitárias é evidente.

Tratava-se do início da criação do Movimento e o regime militar ainda assolava as vias públicas do país. Portanto, a forma de atuação de um movimento social era por instrução

(informação) e auxílio nas comunidades mais carentes com a criação de associações, abertura de escolas e outras atividades comunitárias.

Essas atividades de fundação de associações e assistência jurídica estão diretamente relacionadas com a mudança cultural que um movimento social como o MJDH pode realizar numa sociedade. O MJDH iniciou seus trabalhos nas comunidades mais carentes na grande Porto Alegre.

Com o passar dos anos, as atividades do MJDH ampliam-se, bem como sua participação em diversos outros setores nacionais e internacionais. É nesse momento que o MJDH passa a ter um papel de destaque na sociedade, principalmente na do Rio Grande do Sul e de países fronteiriços, como Argentina e Uruguai, sendo convocado diversas vezes para participação em audiências em tribunais, congressos e seminários, entrevistas à TV e rádio. Ou seja, suas atividades se expandiram na luta pelos por direitos humanos, sociais e civis, independentemente de partido, raça ou religião.

Vale destacar que essa pluralidade de atividades encontradas nos relatórios do MJDH demonstra sua autonomia na sociedade e nas atividades que desempenha, ou seja, o Movimento possui uma grande articulação na sociedade em que atua, ficando evidente seu papel mediador em muitos casos em que participou direta ou indiretamente. Essa articulação do MJDH repercute nos seus discursos de memória, da ditadura, da violência policial, dos direitos humanos, de denúncia política, de solidariedade, dentre outros que podem ser encontrados ao longo da sua trajetória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das abordagens teóricas supracitadas, a memória é construída a partir de elementos que são ativados por indivíduos que se relacionam entre si. Logo, tal memória ajuda a construir a identidade do MJDH, pois trata-se de fator determinante quanto à continuidade e coerência da construção da identidade desse grupo.

O MJDH possui um vasto acervo documental associado ao tema direitos humanos e se caracteriza como um espaço de memória, não só para a construção de memória e identidade desse movimento social organizado, esses documentos são utilizados na promoção da justiça por intermédio da busca pela reparação da violação de direitos humanos.

Além de ser o guardião de importantes fontes de pesquisa e testemunho sobre a ditadura civil-militar no Brasil, é fundamental que o acervo do MJDH seja reconhecido como

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

materialidade discursiva de construção de memória e de identidade, tendo em vista o potencial desses documentos no contexto da compreensão da trajetória dos movimentos sociais nas últimas décadas.

Portanto, reconhecer esse acervo como um recurso utilizado na resistência à violação aos direitos humanos, evidencia o papel que os arquivos podem ter como instrumento de ação para a promoção da justiça na medida em que são fontes de informação e bases para construções dos discursos de memória e identidade dos grupos ou sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 2009, n.76, p.49-86.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: T. A Queiroz, 1987.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 15 de abr. 2017.

_____. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação e Sociedade: Estudos**, v.24, n.1, p.13-18, 2014.

CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafios: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad em Chile. In.: DA SILVA, Ludmila Catela; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdade**. Espanha: Siglo Veintiuno, 2002, p.137-178.

FARIAS, Francisco R. Pensando a memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. **Morpheus**, v.8, n.13, 2008.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em Rede**, v.13, n.7, p.15-28, 2015.

HUYSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LAROCHE, Serge. De mémoire de neurone. **La revue pour l'histoire du CNRS** [en ligne], 21 | 2008, mis en ligne le 03 juillet 2010, consulté le 31 janvier 2013. URL: <<http://histoire-cnrs.revues.org/7333>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MEDEIROS, Roberta Pinto. **Fotografia e memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984-1990) – Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)**, 2015. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Roberta_Pinto_Medeiros.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, 2010.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). **Relatório de atividades (1980)**. Porto Alegre, RS: 1980. Mimeografado.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, n.2, p.7-28, 1993.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

RUBERT, Sílvia. Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In.: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sílvia (Orgs). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p.191-210.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira. Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil. **Revista Sociedade e Cultura**, v.16, n.2, jul/dez, p.329-339, 2013.